



# REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE HISTÓRIA.COM UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

## MACUMBAS NO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO”: DISCURSOS E REPRESSÕES, 1930-1950<sup>1</sup>

Marcos Paulo Amorim Santos<sup>2</sup>

### Resumo

Pretende-se, com este artigo, problematizar a criminalização da palavra macumba por meio de relatos presentes no Jornal O Estado de São Paulo entre as décadas de 1930-1950. Percebe-se nos textos analisados, o tratamento excludente e arbitrário com que as religiões afro-brasileiras, mobilizadas em torno da macumba como categoria de evocação, teriam sido tratadas pelo periódico, fomentando um imaginário social depreciativo sobre o tema. Através dessas fontes, deseja-se questionar os discursos implícitos no texto e ainda observar o pensamento social na repressão dessas religiões.

**Palavras-Chave:** Macumbas. Criminalização. O Estado de São Paulo. Discurso.

### Introdução

Este artigo busca compreender os discursos mobilizados pelo Jornal O Estado de São Paulo em referência à palavra “macumba” entre as décadas de 1930 e 1950, período em que as religiões afro-brasileiras estão em processo de perseguição, consolidação dos ritos e práticas e, por fim, legalização. A escolha da palavra macumba em detrimento de outras palavras ou práticas se dá pela análise de Lisias Negrão (1996):

Os estigmas sociais contra o negro e sua religião e as renovadas acusações mais do que seculares de que foram vítimas culminaram com a atitude ao mesmo tempo de hostilidade e de medo que até hoje inspiram. É exemplar deste caso o vocábulo macumba: de termo genérico para todas as religiões brasileiras de origem negra, ou então de nominativo de uma delas em especial, a de origem banto, desenvolvida no sudeste do país, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro a partir de fins do século XIX, passa a ser vista depreciativamente como sinônimo de superstição de negro, como magia negra que se despreza e se teme a um só tempo<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Parte desse texto foi publicado nos Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural realizado na Universidade de São Paulo entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014. As discussões realizadas na mesa de debates serviram como subsídio para muitas alterações desse texto em relação a seu original.

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: marcospaulo\_3@hotmail.com.

<sup>3</sup> NEGRÃO, Lisias. Magia e religião na Umbanda. São Paulo: Revista USP n.º: 31, 1996, p.76. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/31/07-lisias.pdf>. Acesso: 25/09/2013.

Assim, partindo da análise de Roger Bastide, que via na macumba uma transformação do candomblé ou mesmo uma perda dos valores tradicionais ao culto dos orixás<sup>4</sup>, investigar-se-á a palavra e suas representações expressas no texto jornalístico do **Estado** como uma forma de objetivar uma prática e os discursos sobre ela no período recortado. Parto do pressuposto que o periódico não é um produtor de significados, mas pode referendar um discurso da sociedade no período recortado; sobretudo em um contexto histórico marcado pela repressão a práticas religiosas afro-brasileiras, em contraste com a narrativa acadêmica – que referenda essas religiões como tributárias de uma identidade popular e étnica no mesmo período.

Afim de melhor esmiuçar o tema, pretende-se observar a histórica construção das religiões afro-brasileiras, tendo o candomblé maior espaço de debate, a tradicionalização de candomblés e umbandas e, por fim, a ausência da macumba nesses debates. Paralelo a isso, observar-se-á os usos da imprensa como fonte e a própria estrutura do periódico no período recortado para a descrição dessas religiões; levando inevitavelmente a relações com a macumba – tendo em vista, que a maior parte das narrativas sobre religiões afro-brasileiras da fonte se relacionam com essa categoria.

### Religiões afro-brasileiras: breve esboço histórico

O longo processo histórico das religiões afro-brasileiras<sup>5</sup> foi marcado não só pela ilegalidade, bem como pelo preconceito antes de serem reconhecidas, oficialmente, como práticas religiosas<sup>6</sup>. Uma das primeiras manifestações culturais negras em solo brasileiro, o candomblé, sobreviveu nos grandes latifúndios do interior do Brasil<sup>7</sup>. Mais revelador que sua existência marginal, todavia, é o uso da religião pelos primeiros escravizados na construção de novas linhas de parentesco, uma vez

<sup>4</sup> BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.36.

<sup>5</sup> Escolho utilizar o conceito “religiões afro-brasileiras” por entender que esta definição melhor se aplica para análise dessas religiões. Até meados dos anos 80, era comum a utilização da definição de: “religiões de matriz africana”. Todavia, entendo que qualquer associação com de uma matriz religiosa, sobretudo do continente africano, se tornaria inverossímil dado o nível de permuta e adaptação dessas religiões em solo brasileiro. O que justifica a conceituação de religiões negras, construídas durante e após o processo de escravização dessa etnia no solo brasileiro, observando características de xamanismo indígena ou até mesmo do catolicismo. (Cf. DANTAS, Beatriz Góis. Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.)

<sup>6</sup> Cf. NEGRÃO, Lísias. Magia e religião na Umbanda. São Paulo: Revista USP n°: 31, 1996, pp.76-89. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/31/07-lisias.pdf>. Acesso: 25/09/2013. Ver também: PRANDI, Reginaldo. Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1991. A mesma discussão pode ser encontrada em: SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás na Metrópole. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

<sup>7</sup> PRANDI, 1991, Idem.

que as relações sanguíneas foram cortadas no processo do Tráfico Atlântico<sup>8</sup>. Já nesse período, a imprensa serve como fonte para observarmos os movimentos desses grupos em categorias normalmente operadas pela criminalização à práticas religiosas, conforme análise de Wilson Barbosa<sup>9</sup>.

No século XX, apesar da pretensa laicização do Estado, característica primeira de uma república aos moldes positivistas<sup>10</sup>, o Código Penal de 1890 condenava práticas não cristãs e não científicas de cura, então consideradas crimes contra a saúde pública. No bojo dessa legislação, as religiões africanas (no texto de lei travestidas no termo "espiritismo") também foram influenciadas pelo imaginário popular, proibidas, e, portanto, novamente excluídas pelos aparelhos coercitivos do Estado<sup>11</sup>, conforme trecho do Código Penal reproduzido abaixo:

### CAPITULO III

#### DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestiascuraveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas – de prisão celular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.<sup>12</sup>

Se a República Velha já assistia a incorporação de antigos preconceitos no que concerne às religiões afro-brasileiras, a década de 1930 traz um recrudescimento ainda maior dessa legislação com base no caráter de exceção promovido pelas forças varguistas, como demonstra a análise de Lisías Negrão (1996):

Com a Revolução de 30 e especialmente com o advento do Estado Novo, que se pretendia moderno e que, em nome da modernidade, perseguia os "arcaísmos", a repressão contra estas práticas mágicas e cultos sincréticos não só recrudesciu mas tornou-se particularmente dirigida contra os cultos de origem negra: nas portarias dos órgãos públicos responsáveis pela moralidade e segurança públicas, as 'macumbas' e os 'candomblés' são nominalmente citados como alvos das proibições, ao lado das genéricas práticas de 'feitiçarias, necromancia, quiromancia e congêneres'. Dá-se início a um intenso combate contra eles, com a apreensão de objetos rituais

<sup>8</sup> Cf. BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>9</sup> BARBOSA, Wilson Nascimento. Da Nbandla à Umbanda: transformações na Cultura Afro-Brasileira. Sankofa, v. 1, p. 7-19, 2008, p.3.

<sup>10</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>11</sup> MAGGIE, Yvonne. O Arsenal da Macumba. Disponível em: <http://raizaficana.wordpress.com/2009/12/16/o-arsenal-da-macumba-por-yvonne-maggie/>. Acesso em: 02/07/2013.

<sup>12</sup> ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Código Penal de 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 01/05/2015.

e prisão de pais e filhos-de-santo e a instalação de inquêritos e processos em que foram enquadrados como réus.<sup>13</sup>

A legalização de práticas religiosas não cristãs somente ocorrerá em 1939<sup>14</sup>, com o crescente incentivo a cultura afro-brasileira, influenciado por uma busca nacionalista, com objetivo de inserção do povo em âmbito político (GOMES, 1988). Aliado a isso, a temática nacional se torna pauta no meio acadêmico com a fundação da Escola de Sociologia e Política (1933) e a Universidade de São Paulo (1934) – surgiam, nesse contexto, vários estudos e produções a fim de explicar o Brasil e suas práticas simbólicas – tendo as religiões afro-brasileiras espaço de destaque. O estudo dessas práticas<sup>15</sup> leva a diferença entre os próprios candomblecistas e umbandistas, trazendo uma maior aproximação com as Áfricas<sup>16</sup>, como os estudos de Pierre Verger, por exemplo. Essas diferenciações - construídas ao longo da década de 1930 e subsequentes – podem também ser observadas pelos trechos de jornais da grande Imprensa no mesmo período. Nesse período, as notícias descrevem elementos que podem ser comuns não só a religiões afro-brasileiras, como elementos de outros tipos de religiões populares da Europa<sup>17</sup>. A organização desses grupos religiosos em grupos de interesses políticos, como o I Congresso Afro-Brasileiro (1934) ou o I Congresso do Espiritismo de Umbanda (1941), por exemplo, trazem uma maior teorização dessas práticas e um paulatino afastamento do termo “macumba”. Este afastamento pode ser evidenciado pela quantidade de terreiros e casas espíritas registrados nas décadas de 1940-1950 sem, contudo, menções a macumbas (NEGRÃO Idem.). Além dos registros de terreiros da segunda metade do século XX, os textos jornalísticos do período revelam a perseguição e a criminalização dessas práticas evidenciadas na macumba enquanto categoria discursiva. Contudo, os usos da macumba como ferramenta para criminalizar práticas não entendidas pelos autores de uma notícia já podem ser observadas em publicações de imprensa carioca nos primórdios do século XX. Em João do Rio ([1906]2006), por exemplo, nota-se, claramente, uma conotação inferior atribuída por seu ouvinte a um cabinda ou macumba:

<sup>13</sup> NEGRÃO, Lísias. Magia e religião na Umbanda. São Paulo: Revista USP nº: 31, 1996, p.78. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/31/07-lisias.pdf>. Acesso: 25/09/2013.

<sup>14</sup> NEGRÃO, Idem, 1996.

<sup>15</sup> PRANDI, Reginaldo. Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

<sup>16</sup> DANTAS, Beatriz Góis. Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.15.

<sup>17</sup> NEGRÃO, Lísias. Magia e religião na Umbanda. São Paulo: Revista USP nº: 31, 1996, p.78. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/31/07-lisias.pdf>. Acesso: 25/09/2013.

Eu estava atônito. Positivamente Antônio achava muito inferiores os cabindas.

- As iaôs?

- As filhas-de-santo macumbas ou cabindas chegam a ter uma porção de santos de cada vez. Sabe V.S<sup>a</sup>. o que cantam eles quando a iaô está em crise?[...]

Houve uma pausa e Antônio concluiu:

- Por um negro cabinda é que se compreende que africano foi escravo de branco. Cabinda é burro e sem vergonha! – disse, e voltou à narrativa da iniciação das iaôs.”<sup>18</sup>

O trecho acima e outros textos produzidos pela imprensa carioca e paulistana podem ser um indicio do extenso corolário religioso do Brasil nos primeiros anos do século XX e ainda revelar a desagregação das religiões afro-brasileiras, dados elementos internos, próprios da cosmogonia e externos ao rito, oriundos de questões sociais e identitárias<sup>19</sup>.

Muito embora a repressão orientada pelo Estado seja fonte primeira na observação da repressão a essas práticas, o discurso dos periódicos demonstra o aceite a coerção realizada pelas autoridades policiais. Desse modo, fica evidente que existe, no e para além do “O Estado de São Paulo”, uma associação negativa as macumbas; em outras palavras, o que classifico como uma “Cultura de Imprensa” na descrição desse ritual. Nesse sentido, a macumba, no caso, aparece como um “guarda-chuva” onde se abrigam todas as religiões afro-brasileiras, associadas a religiões pautadas no lucro, na violência e, principalmente, em categorias mobilizadas no intuito da construção de um texto orientado para uma manifestação de primitivismo, exotismo e, por consequência, da barbárie. Para análise desses textos, escolhi observá-los pelo viés da impossibilidade de neutralidade dos discursos, aqui expresso por Roger Chartier (1988):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações suspensas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação<sup>20</sup>.

Sem deixar de reconhecer que um estudo sobre os discursos da grande imprensa poderia deixar à margem práticas e costumes - visto a unilateralidade do

<sup>18</sup> JOÃO DO RIO & RODRIGUES, João Carlos. As religiões do Rio. Rio de Janeiro: José Olympo, 2006, pp.39-40.

<sup>19</sup> Cf. SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás na Metrópole. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

<sup>20</sup> CHARITIER, Roger. A História cultural: entre prática e representações. Castelo Branco (Portugal): DIFEL, 1988, p.17.

texto que não privilegia e nem dá voz a praticantes ou mesmo aos perseguidos pela polícia de costumes da República - procurarei contextualizar, principalmente, o lugar de onde se insere e se escreve o texto, numa tentativa de desnaturalizar a associação pejorativa dessas religiões no período recortado e ainda contemporaneamente. Antes da análise dos textos do periódico, entretanto, considero pertinente ressaltar os usos da imprensa como um documento para o tratamento dessa questão e ainda as possibilidades e ineficiências presentes nessa empreitada.

### **A imprensa como fonte: questões metodológicas para análise do tema em um jornal da década de 1930 e seguintes.**

Não é necessário retroceder historicamente para reconhecer que a imprensa pode produzir significados políticos e ideológicos na sociedade em que ela está localizada e para quem ela se destina<sup>21</sup>. Essa premissa, tão evidente a qualquer análise contemporânea, serve como mote de análise para a ação do “Estado” na atribuição de um conceito à palavra macumba.

Para além da produção de conceitos sobre determinado tema, um periódico serve igualmente ao historiador para desmistificação de questões do cotidiano, conforme a análise de Márcia Mansor D’Alessio anteriormente citada:

Ao escolher a seção de notícias como fonte, o historiador obtém do jornal o cotidiano da vida social no momento de seu acontecer. Por isso mesmo, a informação obtida é fragmentada. Quem dá sentido aos fatos é o historiador, articulando a *curta duração* de sua eclosão às outras temporalidades da história. Este é um dos aspectos que distinguem a notícia da análise, o repórter, do articulista. O último produz uma interpretação, o primeiro se pretende fiel ao real (embora as reflexões metodológicas já tenham desmistificado essa crença, mas esta é outra discussão)<sup>22</sup>.

Ainda com base na análise da historiadora, o que está em jogo quando se observa um periódico é a possibilidade de “... circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega através de documentos fragmentários e deformados provenientes quase todos de ‘arquivos da repressão’”.<sup>23</sup> A premissa de Carlo Ginzburg pareceria forçada se pensarmos que nenhum veículo de imprensa é, em si mesmo, produtor de repressão. Contudo, “O Estado de São Paulo” é um notório reproduzidor, desde sua fundação, da lógica repressiva que o Estado brasileiro, algumas

<sup>21</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor. Imprensa, história, historiografia: algumas observações. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina; FERREIRA, Antonio Celso (Orgs.). Historiador e seu tempo: encontros com a história. São Paulo: Editora Unesp: ANPUH, 2008, p.138.

<sup>22</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor, Idem, p.137, grifos da autora.

<sup>23</sup> GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.28.

vezes, se configurou – sobretudo em contextos de suspensão de liberdades individuais. Assim, mesmo que a violência contra essas práticas não tenham sido motivadas pela leitura do periódico (e não poderia se atestar o contrário sem a devida pesquisa sobre agentes de polícia envolvidos, praticantes vítimas da ação policial ou mesmo de autoridades do período), os textos do jornal podem ser entendidos, nesse caso, como “arquivos da repressão”, visto serem produzidos, principalmente, para leitores afinados com a diretriz do editorial e, portanto, membros e representantes de uma elite do país, alheias ao praticado em terreiros, no período recortado.

Nesse pensamento, este texto interessa-se:

(...) pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação. Tal tarefa cruza-se, de maneira bastante evidente, com a da hermenêutica, quando se esforça por compreender como é que um texto pode ‘aplicar-se’ a situação do leitor, por outras palavras, como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência.<sup>24</sup>

Além disso, o texto jornalístico pode colocar em discussão não só uma “... dicotomia cultural, mas, [...], circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica...”<sup>25</sup> Esta circularidade pode ser percebida principalmente no caso entre o fato e a produção da notícia<sup>26</sup>. No caso das “macumbas” citadas no **Estado**, temos ainda o agravante de elas serem notícias produzidas, na maioria das vezes, sem a citação da autoria; o que coloca em maior dúvida a veracidade do texto em relação ao acontecimento por ele narrado. Mais do que isso, as “macumbas” ou as religiões afro-brasileiras (se e quando tratadas por sinônimos) que foram objeto de apreensão do jornal, principalmente, entre as décadas de 1940 e 1950 também estavam em processo de constituição e consolidando diferenças que levariam a definitiva separação entre Candomblés e Umbandas no final da década de 1950.

Portanto, o texto do noticiário não serve somente para referendar o discurso conservador com que as religiões afro-brasileiras foram tratadas pela grande imprensa, mas serve também para a observação de outro agente preponderante para a criminalização social dessas religiões: o Estado pela ação repressiva da polícia. Nesse sentido, mais do que revelar tensões da sociedade de uma época, os trechos do jornal pesquisados servem para inferir a violência sofrida por religiosos das religiões

<sup>24</sup>CHARTIER, Roger. A História cultural: entre prática e representações. Castelo Branco (Portugal): DIFEL, 1988, p.26.

<sup>25</sup>GINZBURG, Carlo. Ibidem., 1987, p.28.

<sup>26</sup>D’ALESSIO, Márcia Mansor. Imprensa, história, historiografia: algumas observações. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina; FERREIRA, Antonio Celso (Orgs.). Historiador e seu tempo: encontros com a história. São Paulo: Editora Unesp: ANPUH, 2008, p.101.



afro-brasileiras, ao mesmo tempo, em que colocam uma discussão sobre os termos utilizados por imprensa e Estado para objetivar essa prática – servindo a uma reconstrução histórica de um conceito que, contemporaneamente, ainda carece de objetividade.

Colocadas estas questões, me proponho a analisar diretamente alguns conteúdos sobre macumbas produzidos no jornal “O Estado de São Paulo” entre as décadas de 1930 a 1950, deixando espaço para a discussão das categorias analíticas elencadas anteriormente.

### **O Jornal O Estado de São Paulo e as religiões afro-brasileiras**

Qualquer jornal deve ser lido à luz de seu tempo e ainda levando-se em conta seus leitores e as características próprias do seu editorial<sup>27</sup>. A escolha pelo **O Estado** para observação da palavra macumba se dá pelo tempo de existência do veículo e pelo recorrente trato excludente e estereotipado com que as religiões afro-brasileiras foram tratadas pelo periódico. Note-se o editorial publicado quando da morte da famosa Babalorixá Menininha do Gantois em 1987:

Diante do cortejo imenso e de importância política que presenças ilustres deram ao ato [o funeral], resta-nos raciocinar sobre o imenso esforço de educação que é necessário para que o Brasil se transforme numa nação moderna, em condições de competir com os maiores países do mundo. A importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta ao Brasil ser catalogado como a oitava maior economia do mundo, se o país ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais.<sup>28</sup> (Apud. SILVA, 1995, p.19-20).

Por outro lado, uma análise das religiões afro-brasileiras em qualquer fonte deve estar orientada pela concepção de diferentes períodos dentro do período recortado. Num primeiro momento, na década de 1930, existe a repressão indiscriminada a qualquer prática chamada macumba (nesse contexto qualquer religião afro-brasileira), ao passo em que, após 1939 - com a legalização dessas práticas - assistia-se a consolidação ritual de diferentes religiões e a diferenciação entre candomblés e umbandas; o que garante, por um lado, um possível rechaçamento a uma associação com a macumba. Inicialmente, analisaremos algumas publicações do primeiro período dessa história.

<sup>27</sup> Cf. D’ALESSIO, Idem, 2008.

<sup>28</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. Editorial de edição de 1987. Apud: SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás na Metrópole. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p.19-20.



Note o texto de 1938 produzido pelo periódico em epígrafe:

Há uma casa de pretos na Travessa do Castello onde se pratica a liturgia gege-nagô, culto fetichista, cerimonia cheia de complicações e de mysterios, onde se evocam almas do outro mundo e são manipulados "despachos", feitiços que, quando postos nas encruzilhadas dos caminhos, têm a propriedade de criar maleficios, modificar vontades, corrigir a linha sinuosa que dirige o destino dos homens. Chama o povo a esses nucleos de evocação e de magia onde o homem de cor, em geral, predomina cangêres, candomblés ou macumbas.<sup>29</sup>

O texto, produzido antes da legalização de práticas religiosas afro-brasileiras, permite circunscrever algumas características do pensamento sobre essas religiões e do viés do jornal para o tratamento do tema. Primeiro, a "... casa de pretos na Travessa do Castello" já coloca em xeque um forte determinante étnico na concepção do ritual. Na continuação da premissa, o autor afirma claramente uma prática que ele identifica como "gege-nagô". Vagner Silva<sup>30</sup>, por exemplo, afirma que alguns ritos iniciáticos das macumbas eram, de fato, herdeiros dessa liturgia. Deste ponto em diante, o texto se desenvolve em inúmeros postulados que demonstram a ignorância do autor em relação ao tema, bem como um discurso conservador e alheio às características litúrgicas dessas religiões. Palavras como "fetichista", "maleficios", "evocação", "magia" só afastam qualquer relação desses cultos com o que se entende, ocidentalmente, como religião e ainda introjetam uma aura de primitivismo a essas práticas, visto que magia e religião possuem caráter diferente no pensamento ocidental. Por fim, segundo o trecho em discussão, na mesma casa se pratica ou se denomina "cangêres, candomblés ou macumbas" como sinônimos quando o divórcio entre essas práticas já começava a se cristalizar<sup>31</sup>.

Se a característica negativa e de uma pretensa homogeneização se manifestava claramente quando o periódico se propunha a analisar o culto diretamente, as macumbas também eram usadas pelo jornal como uma metáfora negativa de atraso ou de artifícios escusos. Observe o editorial de 12 de agosto de 1934, analisando o esvaziamento do PRP (Partido Republicano Paulista) na política:

A mentalidade dos remanescentes do P. R. P – mentalidade provinciana de cabos eleitoraes – parou nesse conceito caudilhesco da política. O P. R. P não soube compreender que tudo mudára nos processos políticos do mundo. E ficou a mascar feitiçarias e macumbas, rondando os tumulos dos seus eleitores que ressuscitaram para votar, numa concepção mortuária

<sup>29</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. Página da edição de 04/03/1938, p.23. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>.

<sup>30</sup> SILVA, Vagner Gonçalves da.Orixás naMetrópole. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p.86.

<sup>31</sup> Cf. NEGRÃO, Lisias. Magia e religião na Umbanda. São Paulo: Revista USP nº: 31, 1996, pp.76-89. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/31/07-lisias.pdf>. Acesso: 25/09/2013.

dos seus candomblés políticos, fora do seu tempo, longe da claridade solar, perdido numa época de trevas e obscurantismo.<sup>32</sup>

Não fica evidente o que seria, para o autor do texto, o que seria a macumba na ação do PRP. Todavia, a relação com a feitiçaria é manifestada imediatamente pelo contexto. O “Candomblé Político”, citado pelo autor, carece ainda mais de objetividade. Seria a ideia de um “tribalismo”? Ou mesmo de um reforço de relações de parentesco pautadas no lucro? Essas e outras considerações refletem os sinônimos de macumbas e religiões afro-brasileiras como um sinônimo para o primitivismo ou mesmo de elementos que devem ser extirpados da cena política brasileira, conforme o restante do trecho pode nos elucidar. Nesse sentido, a evocação narrativa à palavra pode corroborar para uma construção negativa sobre o tema em senso comum. Portanto, e por mais que não possamos associar o jornal a um produtor isolado de discursos, não se pode diminuir sua influência na ratificação de um olhar pejorativo sobre as macumbas, seja diretamente ou como recurso literário.

Se na década e 1930 as macumbas no **Estado** se inserem em notícias pontuais, como recurso estilístico ou mesmo como difusor de tipos musicais; na década de 1940 o tom das notícias ganharia uma feição de claro combate a uma prática religiosa; um discurso quase que didático para os malefícios sociais das macumbas. Esta mudança pode ser objetivada no aumento de recorrências ao termo para além do noticiário policial do periódico, inclusive em assuntos políticos, conforme excertos da edição de 11 de novembro de 1948 abaixo transcritos:

#### Acusações ao Governo do Estado

Continuamos, a seguir, a publicar as acusações feitas ao governo do Estado pelo deputado Juvenal Sayon, através de uma série de discursos, iniciados após o pedido de cassação de seu mandato:

[...]

(Continuando a ler): - “que ele, declarante, recebida a consulta e o pedido para “respectivo trabalho” deveria esclarecê-la, dando-lhe orientação mais acertada a fim de que fosse ela bem sucedida nos seus “trabalhos”; que ela, Maria, faria uns “trabalhos” junto ao governador [...] destinando-lhe cargo e posições de destaque no seu governo [...] a vidente perguntara ao declarante se, dada a situação política nacional, acreditava na possibilidade do afastamento do ministro da Justiça, o sr. Costa Neto, e isto porque ela vinha há algum tempo fazendo sucessivos trabalhos no sentido de seu afastamento a pedido do governador de São Paulo, sr. Ademar de Barros, com o qual havia estipulado uma remuneração razoável de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) caso o mesmo viesse a ser afastado do seu cargo em consequência das macumbas realizadas”

Senhores. Eis como o governo de São Paulo realiza suas aspirações...<sup>33</sup>

<sup>32</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. Página da edição de 12/08/1934, p.12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>.

<sup>33</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. Página da edição de 11/09/1948, p.9. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>.

É perceptível que, para o deputado, o uso de um “trabalho” para fins políticos deveria ser enquadrado como uma denúncia grave, ainda que não fique claro se o asco está no uso do dinheiro público para a realização do “trabalho” ou a realização do “trabalho” para fins políticos. Aliás, é visível no trecho a repetição da palavra “trabalho” em inúmeras situações; isto pode representar o desconhecimento de um melhor nominativo para o ritual testemunhado pelo deputado, assim como pode colocar à vista uma estratégia retórica para escandalizar os ouvintes do depoente - visto que o jornal está reproduzindo o “discurso-denúncia” do parlamentar. A relação entre religiões não cristãs e política, largamente reproduzida no Brasil em diferentes períodos históricos, parece funcionar bem como um processo de denúncia. Afinal, uma denúncia desse mote poderia servir como um duro golpe de popularidade entre os leitores do governador do Estado, tendo-se em mente que os possíveis leitores da reportagem estão longe dessa prática ritual.

Enquanto na arena política as macumbas eram objeto de controvérsia, as demais publicações do periódico na década de 1940 tinham por objetivo exemplificar as diferenças da macumba com formas do espiritismo kardecista ou mesmo com outras práticas legalizadas. Nesse corte, o discurso de “exploradores da credulidade pública” é frequentemente repetido, valorizando o trabalho de perseguição e repressão da Polícia de Costumes, uma ferramenta política que, posteriormente, teria sido incorporada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>34</sup>. Os conceitos de modernização e brasilidade - motes principais da política do Estado Novo<sup>35</sup> - permeiam as narrativas, como o trecho da edição de 03 de setembro de 1941 abaixo:

#### Sedução da Macumba

Todos os dias a polícia de costumes dá em cima do misterio das macumbas, desfasando a ilusão dos crentes com a dureza da lei. Todos os dias se desmancham esses antros pitorescos onde a esperteza explora a ingenuidade do povo que busca no desconhecido remedio para os males cotidianos na terra. [...]

A cidade [Rio de Janeiro] inteira vive no pavor do misterio adverso, no medo da fatalidade oculta no bolo das garrafas que os macumbeiros colocam, juntamente com outros tenebrosos ingredientes - quando os relógios marcam a hora fatídica da meia noite - em qualquer encruzilhada deserta...<sup>36</sup>

Para o autor, “azeite de dendê, animais mortos, farofas amarelas e garrafas sinistras”, representariam uma temeridade para as pessoas de bem da sociedade

<sup>34</sup> Cf. CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia na Era Vargas. 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

<sup>35</sup> Cf. GOMES, Angela Maria de Castro. A Invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice; IUPERJ, 1988.

<sup>36</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. Página da edição de 03/09/1941, p.4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>.

carioca, visto que, ainda no mesmo texto, o artigo afirma categoricamente que a macumba é uma peculiaridade mais carioca que paulista. O texto em questão revela não somente um preconceito e um temor imenso de uma prática que não possui adeptos entre as elites, como objetiva os usos acadêmicos do jornal para referendar seu argumento repressivo. O autor Luis Martins remete-se a Artur Ramos e outros conhecidos autores para lamentar e minimizar seus estudos no que ele classifica de “cultos fetichistas”.

Muito embora este represente um texto isolado, produzido em um período de intervenção do Estado nas publicações do veículo<sup>37</sup>, fica evidente que a legalização às religiões afro-brasileiras promulgadas pelo Presidente Vargas não constituiu um costume enraizado entre a sociedade brasileira<sup>38</sup>. Mais do que isso, o texto da década de 1940 traz riqueza na diferenciação entre as regiões onde as macumbas teriam espaço de culto. Se compararmos o texto do mesmo periódico entre as décadas de 1930 e 1940, fica evidente que as macumbas descritas na década de 1940 trazem uma identificação muito maior com os “despachos” ou as oferendas deixadas nas encruzilhadas ou mesmo os malefícios à ordem que essa religião representaria (tanto em âmbito social ou político). Assim, o imaginário contemporâneo de que as macumbas são práticas da rua encontram eco no produzido na década de 1940, diferente dos textos de 1930 que se referem a casas específicas desmanteladas pela Polícia de Costumes.

Portanto, é a controvérsia notada pela análise de textos de um mesmo veículo de comunicação em um curto período cronológico que servem a uma percepção do problema intrínseco à história dessas religiões: a confusão ritual feita pelo senso comum em que toda e qualquer prática religiosa afro-brasileira são formas de macumba.

### Considerações Finais

Existem nesse caso fatores que teriam se conjugado para a negatização da macumba como prática religiosa ou como sinônimo a qualquer religião afro-brasileira. Primeiro, a própria relação com a magia e o sortilégio no Brasil desde nossa

---

<sup>37</sup>Entre 1940 a 1945, o Jornal Estado de São Paulo sofreu intervenção direta do Estado Vargasista. O próprio veículo não reconhece a autoria das publicações do período. Mas disponibiliza o acervo para consulta pelo valor histórico, segundo informações do acervo depositado no sítio pesquisado.

<sup>38</sup>A legalização, todavia, carrega algumas peculiaridades em relação às demais religiões brasileiras. Para que essas casas funcionassem, era necessário o registro em delegacias de Polícia próximas à jurisdição do terreiro (Cf. NEGRÃO, 1996, p.80). Esta medida já pressupõe uma legalização alimentada ainda em bases preconceituosas.

colonização. O uso descomprometido e, ao sabor das necessidades, com que sempre foram tratadas religiões ou práticas não cristãs<sup>39</sup>. Em segundo momento, o próprio cenário republicano da primeira metade do século XX, que tenta impor um pensamento científico e, supostamente, modernizador a sociedade brasileira. No bojo desse pensamento científico, a inserção do espiritismo francês na segunda década do século XX – que ia de encontro aos anseios da elite em uma religião não associada a nenhum atraso oriundo da cultura popular. Insta também salientar que o último fator para essa associação negativa ocorre no interior das religiões afro-brasileiras. A partir da década de 1950, candomblecistas de partes diferentes do país começam a valorizar sua ligação com as Áfricas, negando assim aproximações com os cultos ameríndios. Assim, e se considerarmos a descrição feita por Roger Bastide, tanto candomblé, como umbanda teriam negado sua proximidade com a macumba – uma vez que esta palavra, já na década de 1910 em outro periódico, se identificava a uma prática malévola ou inferior.

Nesse sentido, o periódico analisado acaba por reproduzir tensões e problemas na consolidação desses rituais. Um periódico não é um produtor de preconceitos, perseguições ou repressões, contudo, notícias podem interferir na temporalidade histórica e ainda podem transmutar suas representações no que se concebe, aleatoriamente, como “real”<sup>40</sup>.

No caso desse artigo, a imprensa é fonte importante não somente pelas questões intrínsecas à historiografia, mas pelo próprio viés conservador e modernizador que os periódicos assumiram em meados da década de 1930:

“[...] já nos anos de 1920, as elites intelectuais buscam reconhecer-se em um Uno, por elas construído, para que a população nele se reconhecesse. De vários setores dessa elite, apareceram representações de Brasil disputando-se, entre outros meios, por publicações, todas portadoras de uma ideologia que superou os discursos nativistas anteriores, que jamais levaram a uma reposta política como a de 1930.”<sup>41</sup>

Nesse sentido, o uso do periódico para um estudo sobre religiões afro-brasileiras se insere na produção de significados produzidos pelos textos em diferentes períodos históricos, significados amparados no que Estado e elites concebiam acerca dessas religiões, legitimando e trazendo à luz a repressão orientada por esses e outros agentes na constituição dessas religiões.

<sup>39</sup> SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.250.

<sup>40</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor. Imprensa, história, historiografia: algumas observações. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina; FERREIRA, Antonio Celso (Orgs.). Historiador e seu tempo: encontros com a história. São Paulo: Editora Unesp: ANPUH, 2008, p.131.

<sup>41</sup> D’ALESSIO, Idem, 2008, p.136.

Os textos do Jornal O Estado de São Paulo, além de reprodutores do discurso das elites no período, servem também como fonte para a perseguição dos mecanismos da repressão orientada pelas forças policiais e políticas às religiões afro-brasileiras. Nesse sentido, o periódico se apresenta como mais um algoz à condenação social com que a macumba é tratada ainda contemporaneamente.

Quando afirmo existir nos trechos analisados uma “Cultura de Imprensa” no tratamento da macumba, noto que essa reprodução quase que sinônima de barbárie e atraso não varia; independente do período analisado. Por fim, urge ressaltar que o periódico não é capaz de responder a todas as questões sociais intrínsecas ao tratamento de um objeto tão rico e complexo. Resta esclarecer ainda os usos da palavra no texto policial e suas relações com o significado construído dentro e fora da imprensa.